

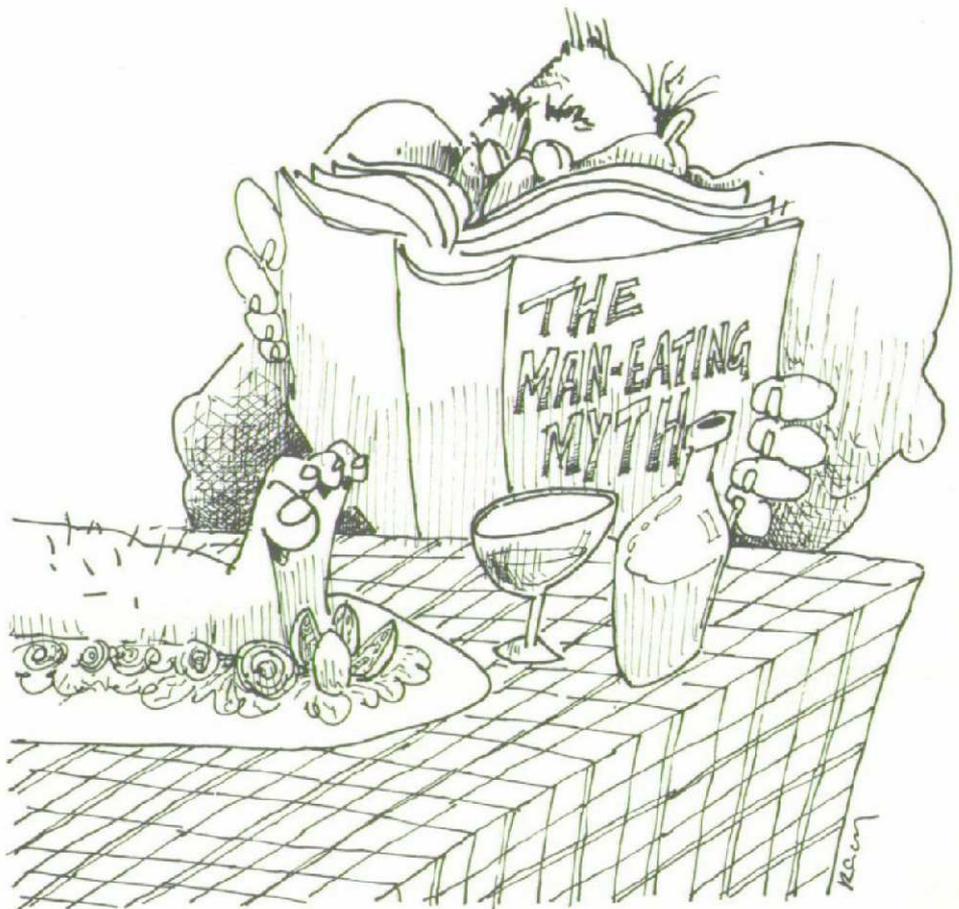
## ANTROPOLOGIA

### EXISTE CANIBALISMO?

Sete anos após publicado, o livro *The man-eating myth: anthropology & anthropophagy* (Nova Iorque, Oxford University Press), de William Arens, continua despertando polêmicas. Recente número da revista *Science*\* traz um artigo em que Arens repete seus argumentos para tentar demonstrar que o canibalismo ritual não passa de ficção. Apoiado por alguns antropólogos, ele afirma que o canibalismo é um mito universal entretido por quase todos os povos a respeito de outros povos. Assim, dos "Andrófagos" de Heródoto e dos Tupinambá de Montaigne às tribos contemporâneas da Nova Guiné, o Ocidente faz o mesmo que os africanos, americanos e melanésios: acusa outros povos de antropofagia. O problema, diz Arens, é que a antropologia "comprou" esse mito, dando foros de veracidade a testemunhos indiretos e a evidências não conclusivas. Desta forma, além de comportar-se de modo não científico, ela estaria colaborando para a persistência de uma fantasia que por ser universal não é menos etnocêntrica: a acusação de canibalismo pode justificar toda sorte de violência colonial.

A conclusão de Arens é que não há nenhum testemunho direto e confiável, em qualquer época, a confirmar a prática da antropofagia ritual (distinta de um canibalismo alimentar de emergência). Para comprovar sua tese, ele comenta três fatos: a antropofagia dos Tupi no século XVI; a suposta relação entre o canibalismo e o *kuru* (virose degenerativa lenta que ataca o tecido cerebral, endêmica entre alguns grupos da Melanésia, e que seria contraída pela ingestão de carne humana infectada); e os indícios arqueológicos de antropofagia na Europa durante o Neolítico.

\* *Science* vol. 232, n.º 4.762, 1986



desenho Wilson Racy

Quanto aos Tupi, Arens sugere que todas as fontes não fazem senão plagiar a famosa narrativa de Hans Staden, e que esta é altamente suspeita: marinheiro inculto e fantasista, Staden teria relatado frases em tupi que não poderia entender (por terem sido ouvidas logo após sua captura), em seu livro escrito anos depois do cativeiro e por várias mãos. A relação entre o *kuru* e o canibalismo funerário (endocanibalismo), objeto de trabalhos que deram a D.C. Gadjusek um prêmio Nobel de Medicina, continua sendo matéria de debates na comunidade científica. Afirmou-se que Gadjusek nunca apresentou fotos comprovadoras do canibalismo e que o *kuru*, além de ter aparecido após a colonização europeia da Nova Guiné (seria uma forma de doença de Creutzfeldt-Jacob), pode ser contraído através da manipulação de crânios durante os ritos funerários. De resto, Arens e seus seguidores assinalam que não há testemunhos diretos de antropólogos sobre o canibalismo melanésio. Sobre as marcas sugestivas de canibalismo nos achados neolíticos de ossos humanos, seu argumen-

to é de que nada são além do resultado de manipulações funerárias, da ação de dentes de predadores ou fatos afins.

O livro de Arens foi duramente criticado por especialistas que nele viram intenções sensacionalistas. Apontaram-lhe a insuficiência da argumentação, o uso desonesto ou incompetente das fontes históricas e a sonegação de testemunhos diretos do canibalismo em sociedades contemporâneas, mais numerosos do que ele leva a crer. Nada disso impediu contudo o sucesso de *The man-eating myth* entre os não especialistas e o recrutamento de alguns seguidores entre os antropólogos. Na verdade, a obra parece responder a um estado de espírito próprio dos tempos "pós-modernos", em que a sociedade ocidental, intoxicada pelo excesso de extravagâncias, só se excitaria com os "não-fatos": a denúncia de um engodo passa então a valer mais que a descoberta de um fenômeno ou sua explicação. Sob a sempre eficaz denúncia de etnocentrismo, a argumentação de Arens mal esconde o preconceito, ao supor que o canibalismo é uma prática tão ▶

absurda que só poderia ser imaginária...

Os antropólogos sabem que a antropofagia é costume bem menos generalizado do que pensavam os cosmógrafos renascentistas ou do que narra o folclore dos povos estudados. Sabem ainda que se trata de uma prática instável, capaz de se transformar em versões "atenuadas" (caça de cabeças, devoração simbólica dos inimigos, osteofagia funerária dos parentes), não podendo ser isolada dos sistemas de crenças muito complexos em que se insere. E que hoje desapareceu em quase todo o planeta, reprimida com violência pelas administrações coloniais (em particular o canibalismo guerreiro, chamado "exocanibalismo"). Por isso seus testemunhos são raros.

A opinião mais generalizada entre os antropólogos é que a antropofagia em suas variadíssimas formas (simbólica ou real, funerária ou guerreira, óssea ou carnívora, degradante ou consagrante) é fato atestado. Há informações sobre a Nova Guiné que só podem ser descartadas se os que ali trabalharam forem acusados de fraude. Quanto aos Tupinambá, numerosas fontes independentes de Staden (em particular os jesuítas) comprovam o canibalismo. A osteofagia funerária continua a ser um rito central entre os índios Yanomami e outros povos. Finalmente, uma equipe de antropólogos acaba de encontrar numa caverna do sudeste da França restos fortemente indicativos de antropofagia "dietética" (sem evidência de tratamento ritual) praticada entre o quinto e o quarto milênios antes de Cristo por populações que já dispunham de tecnologia agrícola e de animais domesticados, isto é, por exemplares bem modernos do *Homo sapiens sapiens*.

A celeuma provocada por Arens desvia a atenção das verdadeiras questões antropológicas. Uma vez que não há motivos para que o canibalismo não possa ter existido (e nem Arens os fornece) e diante das evidências de que existiu e existe (que Arens não consegue derrubar), a questão a ser colocada é a do papel simbólico que essa forma de tratar o corpo humano — do inimigo ou do parente — desempenha nas cosmologias onde é encontrada. Como Marshall Sahlins já observava, "o problema do canibalismo é que ele é sempre simbólico, mesmo quando é real". Por isso a questão "o canibalismo existe?" é, a rigor, sem sentido antropológico. Exceto quando informa algo sobre a nossa própria cosmologia.

**Eduardo Viveiros de Castro**  
Museu Nacional, Universidade Federal  
do Rio de Janeiro

### FISIOLOGIA

## ATRIOPEPTINA: UM HORMÔNIO CARDÍACO

Até bem pouco tempo, não se imaginava que o coração, além de impulsar sangue para o sistema circulatório, tivesse qualquer outra função orgânica. Em 1979\*, entretanto, o cientista canadense Adolfo J. de Bold, da Queen's University, no Canadá, detectou, em tecidos dos átrios (as câmaras do coração que recebem o sangue venoso e o passam aos ventrículos), grânulos capazes de secretar uma substância de natureza peptídica. Isolada e injetada em ratos por via intravenosa, esta provocava considerável aumento da excreção de sódio (*natrium*) pelo rim, tendo por isso si-

do batizada "fator natriurético atrial" (FNA).

A descoberta desses grânulos deu lugar a um notável avanço no domínio da fisiologia e da medicina. Desde então, intensificaram-se as pesquisas na área e centenas de artigos especializados foram publicados, sobretudo no Canadá e nos Estados Unidos. Neste último país, aliás, vem se distinguindo o trabalho do pesquisador brasileiro Thomas Camargo Maack, do Departamento de Fisiologia da Universidade de Cornell.

Há pouco mais de dois anos\*\*, após estudos que culminaram no seqüenciamento do peptídeo recém-descoberto e na elucidação de um novo e complexo sistema hormonal e de suas interações com outros sistemas endócrinos, o caráter hormonal do FNA ficou claramente estabelecido. O novo hormônio, denominado atriopeptina, está relacionado com o coração, os rins, as glândulas supra-renais, os vasos sanguíneos e o cérebro, exercendo considerável influência sobre o volume hídrico e a pressão arterial.

Em condições normais, a atriopeptina mantém-se na circulação em níveis baixos. Seu nível no plasma se eleva, no entanto, quando o átrio se dilata, o que ocorre com a elevação do volume sanguíneo, com a ação de agentes vasoconstritores que ele-

desenho Wilson Racy



\* *British Medical Journal*, vol. 289 (28 de julho de 1984)

\*\* *The New England Journal of Medicine*, vol. 314, n.º 13 (1986)